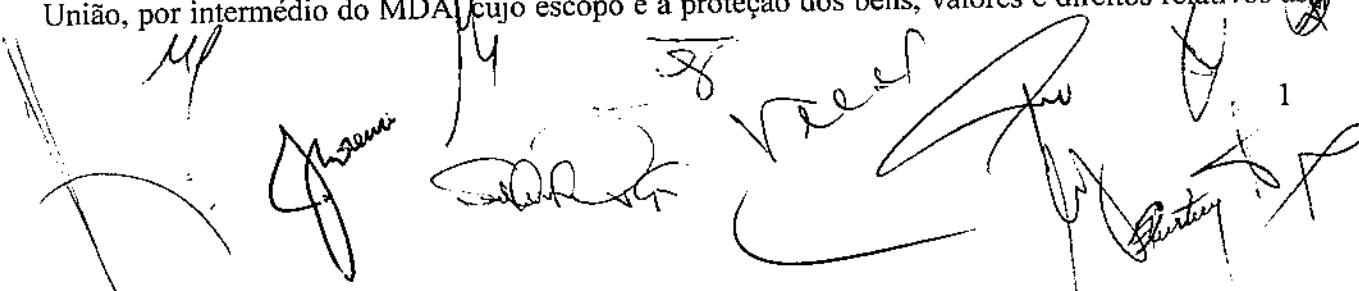


**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ - 11-11-2015****ATA 12/2015**

1 Aos 11 dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 09:00 horas, na sala de reuniões
2 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília – DF,
3 em Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e
4 da União – CNPJ, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Lauro Machado
5 Nogueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Presidente do CNPJ; Dr. Carlos
6 Roberto S. Maia, representando o Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de
7 Justiça do Estado do Acre; Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça do
8 Estado de Alagoas; Dr. Roberto da Silva Álvares, Procurador-Geral de Justiça do Estado do
9 Amapá; Dr. Márcio José Cordeiro Fabel, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Dr.
10 Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Dr. Josemar Moreira,
11 Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo; Dr. Emmanuel José Peres Soares,
12 representando a Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha, Procuradora-Geral do estado do
13 Maranhão; Dr. Alexandre Magno Benite de Lacerda, representando o Dr. Humberto de Matos
14 Brittes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Dr. Carlos André Mariani
15 Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr. Marcos Antônio Ferreira
16 das Neves, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. Nelson A. Cavalcante Lemos,
17 representando o Dr. Bertrand de Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da
18 Paraíba; Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de
19 Pernambuco; Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr.
20 Ertulei Laureano Matos, representando o Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça
21 do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Rinaldo Reis Lima, Procurador-Geral de Justiça do Estado do
22 Rio Grande do Norte; Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral de Justiça do Estado do
23 Rio Grande do Sul; Dr. Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de
24 Rondônia; Dr. Fábio Trajano, representando o Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça
25 do Estado de Santa Catarina; Dr. Sérgio Turra Sobrane, representando o Dr. Márcio Fernando
26 Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. Paulo Lima de Santana,
27 representando o Dr. José Rony Silva Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe;
28 Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr.
29 Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dra. Cristina Ribeiro
30 Brasiliano, representando o Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral de Justiça do MPT;
31 Dra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, Presidente da CONAMP; Dr. Marcelo Ferra, Conselheiro
32 do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Orlando Rochadel Moreira, Conselheiro do
33 Conselho Nacional do Ministério Público; e Dra. Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-
34 Executiva do CNPJ. **INICIADOS OS TRABALHOS:** o Presidente saudou os presentes e o
35 Ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, passando a tecer breves
36 considerações sobre o termo de cooperação técnica assinado em setembro de 2015 pelo CNPJ e a
37 União, por intermédio do MDA, cujo escopo é a proteção dos bens, valores e direitos relativos as





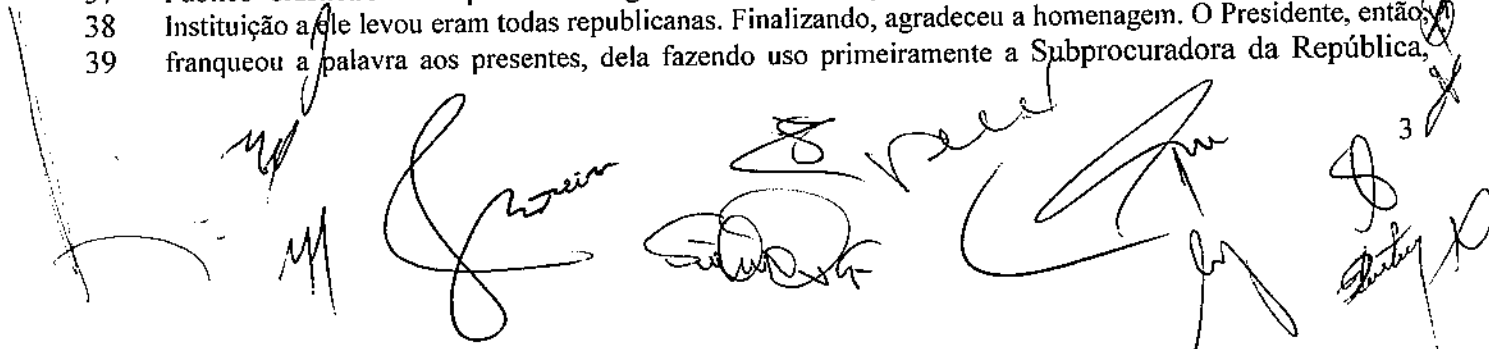
**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 11-11-2015**

ATA 12/2015

1 máquinas e equipamentos doados às prefeituras no âmbito do Programa de Aceleração do
2 Crescimento, pontuando a importância do convênio. Em seguida, foi passada a palavra ao
3 Ministro Patrus Ananias que, após saudações aos presentes, abordou as experiências anteriores de
4 cooperação com o Ministério Público, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social,
5 enaltecendo o êxito das ações conjuntas para fiscalização de programas governamentais, em
6 especial pela capilaridade do Ministério Público. Em seguida, falou sobre o Programa PAC-
7 Máquinas, enfocando seus objetivos e alcance, ao tempo em que enfatizou a necessidade de
8 orientação junto aos agentes públicos quanto à utilização correta do maquinário, com o objetivo
9 de evitar desvios, tendo o Ministério Público, especialmente por intermédio dos Promotores de
10 Justiça, papel relevante nesse contexto. Aberta a palavra aos demais membros do CNPG, o
11 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Dr. Marcelo Lemos Dornelles, após
12 cumprimentos de praxe, externou interesse na assinatura imediata do convênio. Seguiram-se
13 manifestações de igual teor do Procurador-Geral de Justiça de Roraima, Dr. Airton Pedro Marins
14 Filho, e do Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Dr. Carlos André Mariani Bittencourt. O
15 Presidente informou, então, que os demais termos, assim que analisados e eventualmente
16 assinados pelos respectivos Procuradores-Gerais, seriam encaminhados ao Ministério do
17 Desenvolvimento Agrário, colocando o colegiado à disposição para outras iniciativas similares. O
18 Ministro Patrus Ananias agradeceu a acolhida. Dando continuidade aos itens pautados, o
19 Presidente convidou para a mesa o Coordenador da Rede Lab (Rede Nacional de Laboratório de
20 Tecnologia), do Ministério da Justiça, Dr. Leonardo Terra. Após cumprimentos de praxe, o
21 coordenador apresentou o novo modelo de cooperação técnica proposto pelo Ministério da Justiça
22 aos Ministérios Públicos para implantação dos laboratórios, ressaltando as atribuições de cada
23 parceiro, custos e benefícios no uso da ferramenta. O Procurador-Geral do Amapá, Dr. Roberto da
24 Silva Alvares informou que minuta do termo já foi encaminhada a todas as unidades ministeriais e
25 que até o momento somente os Ministérios Públicos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,
26 Roraima e Amazonas não haviam manifestado formalmente o interesse. Deliberou-se pela
27 realização de novo contato com tais unidades ministeriais, com o objetivo de, em sendo possível,
28 serem firmados os convênios na reunião ordinária do mês de dezembro/2015. Passou a
29 Presidência, em seguida, às comunicações. Informou aos presentes acerca do recebimento de e-
30 mails do Dr. Francisco Antônio Souto e Faria que tratam da realização do 1º Congresso Virtual do
31 CNPG, mesmo havendo deliberação já tomada pelo colegiado no sentido da não realização de
32 referido conclave. Comunicou aos presentes o conteúdo da resposta enviada ao Dr. Francisco
33 Antônio Souto e Faria, organizador do evento, que informa não haver autorização para uso do
34 CNPG na organização e divulgação do congresso. Comunicou a Presidência, também, a emissão
35 de nota técnica por parte da CONAMP que trata da audiência de custódia, cujo posicionamento
36 está alinhado àquele já externado pelo CNPG. Seguiu-se informação sobre a inauguração de sala
37 para os Procuradores-Gerais de Justiça na sede do Conselho Nacional do Ministério Público
38 (CNMP), no dia 15 de dezembro, ao tempo em que enalteceu o Presidente a iniciativa do CNMP.

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ - 11-11-2015****ATA 12/2015**

1 Após, o Presidente conclamou a todos que regularizassem a contribuição financeira ao CNPJ, nos
2 termos do estatuto, enfatizando a importância da contribuição para o bom andamento dos
3 trabalhos, inclusive das reuniões. Por fim, o Presidente informou que os dois últimos itens das
4 comunicações seriam incluídos em momento posterior, propondo que ao final da reunião ordinária
5 e uma vez esgotada a pauta, fosse realizada uma reunião administrativa somente entre os
6 Procuradores-Gerais de Justiça, para tratar de assuntos de interesse interno exclusivo, com o que
7 consentiram os demais integrantes do colegiado. Voltando às matérias deliberativas, o Presidente
8 noticiou que, por solicitação do MPF, foi incluída na pauta uma apresentação da campanha “10
9 Medidas de Combate à Corrupção”, a ser feita pela Subprocuradora da República, Dra. Luiza
10 Cristina Fonseca Frischeisen, convidando-a para compor a mesa, juntamente com o ex-
11 Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dr. Gilberto Valente Martins. A
12 Subprocuradora fez breve explanação sobre a campanha do MPF, enfatizando as ações para coleta
13 de assinaturas a serem desenvolvidas no dia 09/12, dia do combate à corrupção, com a finalidade
14 de alcançar a meta de 1.500.000 assinaturas em meados do ano que vem, para viabilizar
15 apresentação de projeto de lei. Informou, outrossim, que a campanha passará a focar também a
16 necessidade de cumprimento da lei de transparência nos portais dos municípios. A representante
17 do MPF mostrou aos presentes o site da campanha e a forma como as assinaturas podem ser
18 colhidas via portal, ao tempo em que comunicou que representantes do MPF nos Estados entrarão
19 em contato com os Procuradores-Gerais de Justiça para o desenvolvimento de ações conjuntas na
20 campanha de combate à corrupção, conclamando o engajamento de todos para alcance da meta de
21 assinaturas. Finda a exposição e dando continuidade aos temas da pauta, o Presidente informou
22 que seria prestada uma homenagem ao ex-Conselheiro do CNJ, Dr. Gilberto Valente Martins. O
23 Presidente enalteceu o trabalho do ex-Conselheiro naquele colegiado e o compromisso na defesa
24 das boas causas, inclusive contra a corrupção. Pontuou que o Dr. Gilberto Martins sempre teve
25 uma atuação pautada pela ética e atenta às demandas do Ministério Público brasileiro, razão pela
26 qual a concessão da “Medalha do CNPJ” se justifica. Lembrou, ainda, o Presidente que a
27 comenda foi aprovada à unanimidade pelo colegiado. Em seguida, entregou a comenda ao
28 homenageado e deu-lhe a palavra. Após cumprimentar os presentes, o Dr. Gilberto Martins se
29 disse honrado, orgulhoso e tomado por emoção profunda em razão da homenagem. Traçou um
30 histórico acerca da criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do
31 Ministério Público e da importância do papel de ambos no aprimoramento do sistema de Justiça.
32 Ressaltou algumas ações desenvolvidas no CNJ durante seu mandato de conselheiro, em especial
33 a Meta 18 do CNJ (hoje, Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à
34 improbidade administrativa - STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos
35 Estados), lembrando que seu trabalho esteve voltado para manutenção do combate à corrupção como meta
36 nacional do CNJ. Frisou o homenageado que as causas que defendeu no CNJ em prol do Ministério
37 Público brasileiro não apresentaram grande dificuldade para sustentação porque as demandas que a
38 Instituição a ele levou eram todas republicanas. Finalizando, agradeceu a homenagem. O Presidente, então,
39 franqueou a palavra aos presentes, dela fazendo uso primeiramente a Subprocuradora da República,





**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ – 11-11-2015**

ATA 12/2015

1 Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, que enalteceu o trabalho do Dr. Gilberto Valente Martins
2 nos dois mandatos como conselheiro do CNJ. Lembrou a Subprocuradora os atuais movimentos
3 tendentes a reduzir a atuação do CNJ, ao tempo em que reforçou a importância do controle
4 externo do Judiciário e do Ministério Público para aprimoramento na atuação de ambos. Aduziu
5 que o CNJ funciona bem porque integrado também por pessoas alheias ao Judiciário, e não apenas
6 por magistrados, dizendo ser fundamental a existência desses “olhares distintos” para o
7 aprimoramento da Justiça. Em seguida, fez uso da palavra o Procurador-Geral de Justiça de
8 Alagoas, Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, que ressaltou a forma digna com que o homenageado
9 exerceu a função e a sua capacidade de diálogo, enfatizando ser ele, por isso, merecedor da
10 homenagem. O Procurador-Geral de Justiça do Amapá, Dr. Roberto da Silva Alvares, lembrou a
11 humildade com que o Dr. Gilberto Valente Martins atuou no CNJ, a seriedade no desempenho da
12 função e a forma com que buscou estreitar os laços com os Procuradores-Gerais de Justiça.
13 Encerrada a homenagem, foi feito intervalo, sendo os trabalhos retomados vinte minutos depois.
14 Dada a palavra à presidente da CONAMP, Dra. Norma Cavalcanti, que conclamou os
15 Procuradores-Gerais de Justiça a somar esforços com a entidade de classe junto a parlamentares
16 de seus respectivos Estados, para atuação em assuntos legislativos de interesse do Ministério
17 Público e da sociedade, enfatizando a necessidade de a Instituição estar alerta diuturnamente no
18 acompanhamento da atividade parlamentar. Dentre várias demandas atuais, destacou a Lei de
19 Diretrizes Orçamentárias. O pedido da Presidente da CONAMP foi reforçado pelo Presidente do
20 CNPJ junto aos demais Procuradores-Gerais de Justiça. Passou-se, então, a palavra ao
21 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Dr. Marcelo Lemos Dornelles, que abordou
22 questão relativa ao convênio entre o CNPJ e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos,
23 pertinente ao “Disque 100” – denúncias de violação a direitos humanos. Narrou o Procurador-
24 Geral de Justiça que naquele Estado tem aportado nas promotorias de Justiça uma expressiva
25 quantidade de “denúncias” oriundas da Secretaria Nacional, cujas informações são vagas e
26 inconsistentes. Dada a imprecisão das informações repassadas, o trabalho das promotorias de
27 Justiça vem se mostrando contraproducente, uma vez dispendido grande esforço para apuração
28 dos fatos, sem qualquer resultado prático. Diante disso, o Procurador-Geral do Rio Grande do Sul
29 sugeriu que sejam estabelecidos novos critérios para renovação do referido convênio, que já
30 estaria, inclusive, vencido. Passada a palavra ao Dr. Márcio José Cordeiro Fahel, Procurador-
31 Geral da Bahia e Presidente do GNDH, reportou ele que o mesmo entendimento quanto à
32 inconsistência dos dados recebidos via “disque-denúncia” da Secretaria Nacional dos Direitos
33 Humanos foi extraído no plenário do GNDH, comprometendo-se a encaminhar à Presidência as
34 conclusões do Grupo Nacional para análise. Em seguida, o plenário deliberou pela realização de
35 contato com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos com o fito de analisar a vigência e termos
36 do convênio. Finalizando os itens da pauta, foram convidados para compor a mesa os
37 Subprocuradores da República Dr. José Elaeres Marques Teixeira e Dr. Roberto Luís Oppermann
38 Thomé, para explanação sobre cooperação técnica na área de defesa do consumidor, cujas



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ – 11-11-2015**

ATA 12/2015

1 tratativas com o CNPJ remontam o ano de 2014. O Dr. José Elaeres abordou sucintamente acerca
2 da iniciativa, ressaltando o objetivo de fortalecer os órgãos de defesa do consumidor, em especial
3 quanto aos serviços regulados. Em seguida, o Presidente convidou os Procuradores-Gerais dos
4 Estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Tocantins e Pará para assinatura dos termos.
5 Encerrados os itens da pauta, o Presidente agradeceu a presença dos convidados e informou que
6 em seguida seria realizada reunião interna administrativa entre os membros do CNPJ. Por fim,
7 eu, Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do CNPJ, lavrei esta ata, a qual vai
8 assinada por mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do
9 Ministério Público dos Estados e da União presentes.



